



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

A4 GERAL

Correio de Sergipe • Aracaju
quarta-feira • 18 de maio de 2016

Sintese entrega relatório e denuncia governo ao MPE

Análises mostram inconsistências, principalmente na relação de receitas do Estado

GÉSSICA SOUZA

Com as pautas Finanças do Governo do Estado e atraso no pagamento dos salários aos professores dos municípios, o Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe (Sintese) entregou nessa terça-feira, 17, ao Ministério Público Estadual (MPE), o resultado de análises feitas nos relatórios de Receita Corrente Líquida e de Execução Orçamentária.

Os diretores da entidade sindical, Roberto Silva e Sandra Moraes, foram recebidos no Ministério Público Estadual. A reunião teve a participação dos promotores Eduardo D'Ávila, Henrique Cardoso (Patrimônio), Ana Christina Brandi (Coordenadoria Geral do MP/SE) e Cláudio Roberto (Educação).

As análises mostram várias incongruências e inconsistências, principalmente no tocante a relação de receitas do Estado. No relatório do sindicato, foi identificado que a Secretaria de Estado da Fazenda estaria omitindo receitas no relatório da receita corrente líquida e isso acaba aumentando, na avaliação do Sintese, o percentual de gastos com pessoal e mantém o Poder Executivo acima do limite prudencial inviabilizando uma política de valorização do servidor público, que no caso dos



■ Sindicato informou ao Ministério Público os constantes atrasos no pagamento de salário dos professores das redes municipais

professores pela retomada da carreira e com relação aos servidores da administração geral a não implantação do PCCV.

Segundo o Sintese, vale lembrar que os professores lutam pelos reajustes do piso de 2012 (22,22%), 2015 (13,01%) e 2016 (11,36%).

• Consulta

O sindicato solicitou ao MPE que o órgão faça uma consulta à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) sobre essas incongruências e inconsistências nos relatórios fiscais e de execução orçamentária, e espera que a STN se posicione, pois não somente os

servidores públicos do Poder Executivo, mas também do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa e da Defensoria Pública saem no prejuízo, pois há recursos no Estado.

O promotor Eduardo D'Ávila disse que o Ministério Público irá analisar o relatório apresentado pelo sindicato, juntamente com os diretores dos Centros Operacionais. "Acho que isso realmente deve ser realizado por todos os órgãos, inclusive pelo Ministério Público" aponta D'Ávila. Ele disse também que irá acionar os centros operacionais envolvidos no assun-

to para que uma resposta seja dada ao sindicato.

• Atraso

O sindicato também denunciou ao órgão os constantes atrasos no pagamento dos salários dos professores das redes municipais. De acordo com levantamento realizado até o dia 12 de maio, trinta e quatro municípios pagam salários com atraso.

Os promotores solicitaram que o sindicato complemente a denúncia enviando estudos sobre a situação financeira de cada município para, a partir desses dados o MPE definirá ações.